



SAUDAÇOR – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.
Central de Compras – Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro

Concurso n.º 7/2016

Concurso público para aquisição e implementação de um sistema de
informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região
Autónoma dos Açores

Programa de Procedimento

Programa do Procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Adjudicatário, na sequência do procedimento pré-contratual. Tem por objeto a aquisição e implementação de um sistema de informação de imagens e documentos conhecido normalmente como *Vendor Neutral Archive* (doravante designado por VNA). A solução deverá dispor de um visualizador universal passível de ser utilizado em qualquer instituição do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores (doravante designado por SRSRAA). Para assegurar a implementação de um correto *workflow*, processamento e arquivo dos exames realizados nas Unidades de Saúde do SRSRAA, Centro de Oncologia dos Açores (COA) e convencionados (referidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos), este VNA deverá também assegurar as funções de PACS. Para assegurar a implementação de um correto *workflow*, pretende-se o fornecimento e implementação de um sistema de informação de radiologia central (doravante designado por RIS) com módulos de prescrição, execução de exame e telediagnóstico. Todo o trabalho realizado nestas duas componentes terá de ser integrado no VNA. De igual modo, deverá ser fornecido e instalado o *hardware* necessário para a produção dos sistemas de informação a implementar, nomeadamente em relação à plataforma TI e às estações de trabalho.

Plataforma de contratação pública SaphetyGov

Os interessados que pretendam concorrer ao presente procedimento devem efetuar o registo de fornecedor e preencher o respetivo formulário disponível em <http://www.saphety.com>. No prazo máximo de 24 horas úteis ser-lhes-á dado um login e uma password de acesso que será enviada por correio eletrónico para o e-mail indicado aquando do registo. No acesso à plataforma, será necessário associar um certificado de autenticação.

Na submissão de qualquer documento é pedido um certificado qualificado para assinatura.

Para um correto funcionamento informático, os utilizadores devem respeitar os requisitos técnicos mínimos disponíveis em <http://www.saphety.com>, nomeadamente:

- a) Instalar a última versão do Java Virtual Machine;
- b) Verificar a versão do browser (Internet Explorer 7 ou superior, Mozilla Firefox 3.5.1 ou superior);
- c) Adquirir o cartão de cidadão ou um certificado digital qualificado, indispensável para a segurança de assinatura digital e utilização da plataforma. Para utilização do cartão de

cidadão ou do certificado digital qualificado é necessário o dispositivo de ligação ao computador (leitor smartcard).

Em qualquer caso os interessados devem consultar os manuais de ajuda à plataforma de contratação pública disponíveis em <http://doc.saphety.com/site/conteudos/saphetygov>.

ÍNDICE GERAL

Secção I – Disposições Gerais

1. Objeto do Concurso
2. Entidade adjudicante
3. Órgão que tomou a decisão de contratar
4. Admissão de concorrentes
5. Impedimentos
6. Agrupamentos
7. Documentos do Procedimento
8. Júri do Procedimento
9. Esclarecimentos
10. Erros e Omissões

Secção II - Propostas

11. Documentos que integram a Proposta
12. Classificação de documentos
13. Apresentação de propostas variantes
14. Preço anormalmente baixo
15. Locais de prestação dos serviços
16. Modo de apresentação da proposta
17. Prazo para apresentação das propostas
18. Prazo de manutenção das propostas
19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

Secção III – Admissão de seleção de concorrentes

20. Critério de adjudicação

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

- 21. Análise e exclusão das propostas
- 22. Esclarecimentos sobre as propostas
- 23. Relatório Preliminar
- 24. Audiência Prévia
- 25. Relatório Final
- 26. Notificação da decisão de adjudicação
- 27. Causas de não adjudicação

Secção IV – Contrato

- 28. Documentos de habilitação
- 29. Caução
- 30. Minuta e celebração do contrato

Secção V – Disposições finais

- 31. Encargos do concorrente
- 32. Regime legal aplicável

Anexos ao Programa de Procedimento

Anexo I – Modelo de declaração prevista no art. 36º n.º 1 alínea a) do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro (adiante, CCPAçores)

Anexo II – Modelo de proposta

Anexo III – Modelo de avaliação

Anexo IV – Modelo de declaração a que se refere o n.º 2 do art. 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro (adiante, CCPAçores)

Anexo V – Modelo de caução

Secção I – Disposições Gerais

1. Objeto do Concurso

- 1.1** O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Adjudicatário, na sequência do procedimento pré-contratual. Tem por objeto a aquisição e implementação de um sistema de informação de imagens e documentos conhecido normalmente como Vendor Neutral Archive (doravante designado por VNA). A solução deverá dispor de um visualizador universal passível de ser utilizado em qualquer instituição do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores (doravante designado por SRSRAA). Para assegurar a implementação de um correto workflow, processamento e arquivo dos exames realizados nas Unidades de Saúde do SRSRAA, Centro de Oncologia dos Açores (COA) e convencionados (referidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos), este VNA deverá também assegurar as funções de PACS. Para assegurar a implementação de um correto workflow, pretende-se o fornecimento e implementação de um sistema de informação de radiologia central (doravante designado por RIS) com módulos de prescrição, execução de exame e telediagnóstico. Todo o trabalho realizado nestas duas componentes terá de ser integrado no VNA. De igual modo, deverá ser fornecido e instalado o *hardware* necessário para a produção dos sistemas de informação a implementar, nomeadamente em relação à plataforma TI e às estações de trabalho.
- 1.2** O procedimento de contratação adotado segue a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
- 1.3** Consagra-se expressamente a possibilidade de adoção de ajuste direto para aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto de contrato anteriormente celebrado pela mesma entidade adjudicante, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A. (adiante, SAUDAÇOR), sita no Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, telefone n.º +351 295 204 273, fax n.º +351 295 204 256, e-mail sres-saud@azores.gov.pt e endereço eletrónico www.saudacor.pt.

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e autorização de despesa foi tomada pelo Conselho de Administração da SAUDAÇOR em 6 de junho de 2016.

4. Admissão de concorrentes

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e artigo 33º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa de Concurso e no Caderno de encargos.

5. Impedimentos

5.1 Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:

- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do CCP, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- h) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- i) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - a. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

- b. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - c. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - d. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- k) Possa ser demonstrado quanto às mesmas, por qualquer meio adequado, o incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, e tenham sido condenadas por sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, ou atividades perigosas para o ambiente;
- l) Tenham incorrido em deficiências persistentes na execução contratual, num aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, desde que devidamente comprovadas pela fiscalização do contrato, e que tenham conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas, no prazo de um ano, contado, consoante o caso, da data da resolução do contrato, da data do trânsito em julgado da sentença condenatória ou da data da decisão de aplicação da sanção;
- m) Possa ser demonstrado, por qualquer meio adequado, que estas entidades, por si ou por terceiro, diligenciaram no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir

vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5.2 Só podem ser adjudicatários, nos termos do n.º 3 do artigo 40.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, entidades que:

- a) Tenham implementado, pelo menos, uma solução de VNA e uma solução de RIS, ou, uma solução de VNA e RIS integrados, já concluída (s) e em funcionamento em unidades de saúde dentro do espaço da União Europeia.
- b) Apresentem gestor de projeto com uma experiência profissional mínima de 3 anos, em projetos de dimensão e complexidade similar à do presente concurso, traduzida na coordenação da implementação de, pelo menos, uma solução de VNA e de uma solução de RIS, ou, a de uma solução de VNA e RIS integrados, já concluída (s) e em funcionamento em unidades de saúde dentro do espaço da União Europeia.
- c) Apresentem arquiteto de sistema de informação com formação em bases de dados SQL e experiência profissional em implementação de projetos relacionados com as tecnologias objeto do presente concurso.
- d) Apresentem consultor tecnológico com experiência profissional mínima de 3 anos, traduzida na implementação de projetos relacionados com as tecnologias objeto do presente concurso e de projetos com interfaces a PACs e/ou RIS
- e) Apresentem consultor funcional com experiência profissional mínima de 3 anos, nas áreas de metodologia, análise de requisitos, testes de sistemas de informação, modelação e levantamento de processos de negócio.

6. Agrupamentos

6.1 Ao concurso podem apresentar-se como concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

6.2 Quando os concorrentes forem um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP devem ser apresentados por todos

os seus membros, com exceção dos exigidos na alínea e) do ponto 28.1 que podem ser apresentados por algum dos membros que, individualmente, preencha os requisitos;

- 6.3** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da candidatura, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.
- 6.4** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, por qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente, na modalidade jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.
- 6.5** Os membros de um Agrupamento Candidato não podem ser Candidatos neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro Agrupamento Candidato.
- 6.6** As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.
- 6.7** Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração, nomeadamente cessão de posição, ao Agrupamento Candidato depende de prévia autorização escrita da Entidade adjudicante.

7. Peças do procedimento

- 7.1** O procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa, no Caderno de Encargos e respetivos Anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou

venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.

- 7.2** As peças do procedimento previstas no número anterior são integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública SaphetyGov, acessível através do endereço eletrónico <http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov>, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República/JOUE.
- 7.3** Para efeitos do disposto no número anterior os interessados podem obter cópias do processo de concurso, desde a data de publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo as cópias disponibilizadas através de suporte eletrónico no endereço indicado no número anterior.
- 7.4** Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no ponto 2., onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

8. Júri do Procedimento

- 8.1** O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 5 (cinco) membros efetivos e dois suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
- 8.2** Compete ao júri, nomeadamente:
- a) Proceder à apreciação das propostas;
 - b) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
 - c) Elaborar relatórios de análise das propostas;
 - d) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.
- 8.3** Compete ainda ao júri a retificação de erros ou omissões das peças de procedimento, a pronúncia acerca de listas de erros e omissões, as decisões acerca de pedidos de prorrogação de prazo para apresentação das propostas, bem como para todos os demais atos que se venham a revelar necessários no âmbito do presente procedimento, excluindo a decisão de qualificação de candidatos e a decisão de adjudicação.

- 8.4** Quando necessário podem ser designados peritos ou consultores técnicos para apoiarem o júri nas suas funções, podendo participar, sem direito de voto, nas reuniões e nas eventuais visitas de avaliação das soluções propostas pelos concorrentes.

9. Esclarecimentos

- 9.1** Até ao termo do primeiro terço dos prazos fixados para a apresentação das propostas os interessados podem solicitar ao júri do procedimento, por escrito, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2.
- 9.2** Para efeitos do disposto no número anterior os interessados devem aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, clicar no separador 'Peças' e de seguida em 'Pedir esclarecimentos'.
- 9.3** Os esclarecimentos solicitados são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, devendo os interessados, para visualizar as respostas aos esclarecimentos, clicar no separador 'Peças', selecionando a resposta pretendida e clicando de seguida em 'Ver'.
- 9.4** O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, podem também, por iniciativa própria, proceder à retificação de erros ou omissões dos documentos do procedimento, nos termos e nos prazos previstos no ponto anterior.
- 9.5** Os esclarecimentos, bem como as retificações são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2 e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
- 9.6** Os esclarecimentos e as retificações apresentados fazem parte integrante dos documentos do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.
- 9.7** A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no ponto 9.4, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no ponto 9.2, justifica a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

- 9.8** Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
- 9.9** A prorrogação do prazo de apresentação de propostas aproveita todos os interessados.
- 9.10** A eventual prorrogação do prazo de apresentação das propostas não terá influência nos prazos relativos aos pedidos de esclarecimentos, exceto no que se concerne a elementos do Programa de Procedimento cuja alteração tenha originado a respetiva prorrogação.

10. Erros e Omissões

- 10.1** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2 uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
- 10.2** Excetuam-se do disposto no ponto anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
- 10.3** Para efeitos do disposto no ponto 10.1 os interessados devem aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, clicar no separador 'Peças' e clicar de seguida em 'Reportar erros e omissões'.
- 10.4** A apresentação da lista referida no ponto 10.1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no ponto 10.5. ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

- 10.5** A prorrogação prevista no ponto 10.4 pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou pelo júri, por um ou mais períodos, não podendo exceder o período total de suspensão 60 dias contínuos.
- 10.6** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando -se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
- 10.7** O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 10.8** As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como outras decisões previstas no presente ponto, são publicitadas na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2.
- 10.9** Para visualizar as listas ou decisões mencionadas no número anterior, os interessados devem aceder à área 'Erros e Omissões', selecionando a lista pretendida e clicando em 'Ver'.

Secção II – Propostas

11. Documentos que integram a Proposta

- 11.1** A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente Programa, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, se aplicável;
 - c) Documento com identificação das entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável;
 - d) Documento que contenha os atributos da proposta, designadamente:

- i. Proposta de acordo com o modelo **anexo II**, com os preços expressos em euros , não incluindo o IVA, e os prazos em meses ou semanas conforme aplicável;
 - ii. Memória descritiva da solução apresentada, incluindo arquitetura, descrição de funcionalidades, catálogos e outros documentos técnicos relativos aos artigos que o concorrente propõe fornecer aptos a demonstrar as características, requisitos e especificações daqueles e referências nacionais e/ou europeias em que o sistema esteja instalado, se aplicável, incluindo também os cálculos utilizados na determinação da capacidade armazenamento com a justificação de todas as estimativas efetuadas incluindo o desenho técnico da solução proposta.
 - iii. Matriz de especificações técnicas devidamente preenchida (conforme modelo no Anexo II);
 - iv. Prazo de execução discriminado, respetivo cronograma e plano de implementação nas unidades de saúde.
 - v. Cronograma financeiro;
 - vi. Proposta de formação, incluindo um cronograma de formação que complemente o cronograma operacional e financeiro da proposta de acordo com os requisitos do Anexo II, e Curriculum Vitae dos recursos humanos associados;
 - vii. Memória descritiva, prazo de garantia e suporte proposto, incluindo referência à localização dos técnicos que prestarão suporte, caso aplicável;
 - viii. Descrição do modelo de licenciamento de todas as plataformas incluídas no sistema, explicitando a granularidade, validade e quantidades de licenças incluídas na proposta.
 - ix. Documento com proposta de custos de substituição dos RIS Hospitalares, devidamente desagregados e identificados, e memória descritiva da solução técnica proposta.
- e) Documento descrevendo as metodologias utilizadas pelo concorrente no âmbito de gestão de projeto, identificando uma descrição das tarefas em cada etapa do projeto. Este documento deverá incluir os passos seguidos pelo concorrente durante a fase de testes e aceitação.
- f) Plano preliminar de testes do sistema.

- g) Documento que contenha a tabela dos custos para a ligação equipamento que venha a ser instalado no Serviço Regional de Saúde e para a ligação por sistema de informação que venha a ser instalado no Serviço Regional de Saúde, nos termos da cláusula 8.^a do caderno de encargos.
- h) Documento com indicação dos locais e serviços onde as soluções do concorrente estejam instaladas, com referência aos locais onde possam ser visitadas pelo júri;
- i) Documento com identificação e descrição de interfaces da solução com outros sistemas;
- j) Documento com identificação da equipa responsável pela implantação do projeto, com o Curriculum Vitae dos seus elementos, que demonstre o preenchimento dos requisitos constantes das alíneas b), c), d) e e) do ponto n.º 5.2.
- k) Declarações comprovativas do preenchimento dos requisitos constantes das alíneas a) e b) do ponto n.º 5.2., emitidas pelas entidade Adjudicante(s) no(s) procedimento(s) respetivo(s).
- l) Documento justificativo dos custos de vida do contrato nos termos do art. 18º n.º 4 do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

11.2 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, pelo que, caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, salvo catálogos e documentos técnicos que poderão ser apresentados em língua estrangeira.

11.3 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 11.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 11.4** Para efeitos da análise dos custos do ciclo de vida do contrato os concorrentes devem apresentar os prazos e valores expectáveis de duração do contrato relativo ao software e ao período de vida dos equipamentos a fornecer, sendo que a entidade adjudicante utilizará como metodologia para avaliação dos mesmos os dados relativos aos custos relacionados diretamente com a aquisição, a utilização e manutenção, os consumos de energia e outros recursos dos equipamentos e os custos de fim de vida, tais como custos inerentes à recolha e reciclagem dos equipamentos;

12. Classificação de documentos

- 12.1** Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 12.2** A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta será notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, respetivamente.
- 12.3** Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos pontos anteriores.
- 12.4** Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o Júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
- 12.5** Quando, por força da classificação de documentos que constituem a Candidatura ou a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das propostas, respetivamente, o Júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

13. Apresentação de propostas variantes

Não são admitidas propostas com variantes.

14. Preço anormalmente baixo

Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 864.000€ (Oitocentos e sessenta e quatro mil euros).

15. Locais de prestação dos serviços

- 15.1.** Os locais de prestação dos serviços objeto do fornecimento objeto do presente procedimento são os constantes do anexo ao Caderno de Encargos. Os concorrentes não podem, em caso algum, para efeito do cumprimento das suas obrigações decorrentes do procedimento, invocar o desconhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do fornecimento ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante.
- 15.2.** Durante o prazo para a entrega das propostas, são facultadas visitas ao local da prestação dos serviços, aos interessados que o requeiram diretamente às Unidades de Saúde ou aos Hospitais. As visitas são efetuadas de acordo com a metodologia definida, na sequência da receção de cada pedido de visita, em articulação com a respetiva unidade de saúde.
- 15.3.** As visitas aos locais onde serão instalados os equipamentos objeto do fornecimento têm a natureza complementar do Caderno de Encargos e não têm, em caso algum, efeito sobre a contagem dos prazos previstos no Programa do Procedimento.

16. Modo de apresentação das propostas

- 16.1** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2.
- 16.2** Para efeitos do disposto no número anterior é necessário aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, clicar no separador 'Propostas e Negociação' e de seguida clicar na opção 'Nova proposta', anexando todos os documentos exigidos pela entidade adjudicante.
- 16.3** A proposta para a celebração do contrato relativo ao fornecimento dos bens que integram os lotes de bens deve ser elaborada em conformidade com o Anexo II do presente programa.

- 16.4** Os concorrentes devem assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e todos os documentos que lhe associarem, preenchendo a matriz de quantidades (se aplicável) e gerando o formulário principal, e no final devem, após guardar a proposta, clicar em 'Submeter'.
- 16.5** Em caso de ficheiros comprimidos ou zipados deve ser aposta assinatura eletrónica qualificada em cada um dos documentos constantes do ficheiro zip.
- 16.6** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 16.7** A plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2 permite o carregamento progressivo da proposta pelo interessado, até à data e hora previstas para a abertura das propostas, ficando também assegurada a possibilidade de substituírem ficheiros já carregados por outros novos até à data supra referida.
- 16.8** Quando o interessado realiza o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este fica automaticamente encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.
- 16.9** A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, contendo informação sobre a identificação da entidade adjudicante, do procedimento, do lote, da proposta e respetivos anexos.
- 16.10** As propostas só se consideram submetidas depois de finalizado o processo de submissão.
- 16.11** Cada concorrente apenas pode apresentar uma proposta relativa ao fornecimento a que se refere o caderno de encargos.
- 16.12** Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem e da dimensão dos ficheiros a anexar, considerando que esse processo só é aceite pelo júri caso tenha sido realizado na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, e até à hora definida para apresentação das mesmas.

17. Prazo para apresentação das propostas

- 17.1** A proposta deve ser apresentada até às 23:59 horas UTC do 48.º dia contado da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
- 17.2** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do concurso, o prazo referido no ponto 17.1 pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 17.3** As decisões de prorrogação nos termos do disposto no ponto anterior cabem ao júri, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
- 17.4** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação ao Júri, sem prejuízo do direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

18. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 180 dias.

19. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 19.1** No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma de contratação pública referida no ponto 7.2 a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
- 19.2** Os candidatos podem consultar a lista referida no número anterior, bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes, na sua área de trabalho.
- 19.3** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

Secção III – Admissão e Seleção de Concorrentes

20. Critério de adjudicação

20.1 O critério no qual se baseará a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo aos seguintes fatores e subfactores de acordo com o modelo de avaliação do anexo III:

- a) **Preço global [40%]**
- b) **Qualidade técnica do Sistema de informação de imagiologia [18%]**

O Sistema de informação de imagiologia está dividido em subfatores:

- a. Layout [4%]
- b. Organização do Sistema e Usabilidade [10%]
- c. Funcionalidades Extra [4%]

- c) **Qualidade técnica do VNA [14%]**

O VNA está dividido em três subfatores:

- a. Integração [5%]
- b. Arquitetura tecnológica [4%]
- c. Armazenamento [5%]

- d) **Qualidade técnica do RIS [8%]**

O RIS está dividido em dois subfatores:

- a. Modo Offline [3%]
- b. Preço da Opção – Substituição RIS Hospitais [3%]
- c. Módulo de informação para Prescrição [2%]

- e) **Garantia e assistência técnica [20%]**

- a. Duração de garantia e suporte [6%]
- b. Preço anual da manutenção [5%]
- c. Método de assistência técnica [5%]
- d. Formação [4%]

20.2 Em caso de empate será privilegiada a proposta que, na seguinte ordem: (i) apresentar o preço mais baixo, (ii) apresentar a melhor pontuação no subfator duração de garantia e suporte, (iii) apresentar a melhor pontuação no subfactor preço da manutenção e por último um sorteio a realizar na presença dos concorrentes.

20.3 A comprovação e avaliação das características técnicas das soluções propostas deverá ser feita:

- a) Através do envio, em anexo à proposta, de catálogos, especificações ou outros documentos que comprovem com clareza, os vários pontos exigidos pelas

especificações técnicas do caderno de encargos e os pontos em avaliação na presente cláusula;

- b) Através da referenciação nacional e/ou internacional de locais onde os sistemas propostos estejam instalados, caso existam;
- c) Através de visita do Júri, ou de elementos técnicos consultores do mesmo, aos sistemas propostos no ponto anterior, caso existam, para constatação das características a avaliar.

20.4 Os encargos decorrentes das visitas do Júri e consultores, até um máximo de 10 elementos, caso existam, serão da responsabilidade do concorrente.

20.5 Os concorrentes deverão estar disponíveis para apresentação presencial da solução no prazo máximo de 20 dias corridos a contar da notificação para o efeito.

21. Análise e exclusão das propostas

21.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

21.2 Não é motivo de exclusão a não apresentação do documento mencionado nas alíneas h) e i) do ponto 11.1.

21.3 São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados;

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- h) Que não sejam recebidas dentro do prazo;
- i) Que não cumprem os requisitos mínimos das especificações técnicas exigidos no caderno de encargos;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- k) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP ou no art. 33º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro;
- l) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no n.º 11 deste Programa, sem prejuízo do ponto 21.2;
- m) Que não cumpram o disposto nos n. 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP, e o disposto no n.º 11 deste Programa;
- n) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- o) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- q) Que não observem o disposto no Programa de Procedimento ou no Caderno de Encargos;

22. Esclarecimentos sobre as propostas

22.1 O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, incluindo as visitas previstas na alínea c) do ponto 20.3.

22.2 Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea b) do ponto 21.2.

22.3 Os esclarecimentos referidos no número anterior serão notificados a todos os concorrentes.

23. Relatório preliminar

23.1 Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das mesmas.

23.2 Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP e n.º 22 deste Programa.

23.3 No relatório preliminar a que se refere o ponto anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelas razões previstas no ponto 21.2 ou na lei.

24. Audiência prévia

24.1 A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

24.2 Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após o envio do relatório preliminar pelo júri, para se pronunciarem por escrito sobre o mesmo.

24.3 Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestados, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

25. Relatório final

25.1 Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas iniciais se verificar, nesta

fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

- 25.2** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto 24 do presente programa, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 25.3** O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado à entidade adjudicante, para decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas.

26. Notificação da decisão de adjudicação

- 26.1** A entidade adjudicante deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
- 26.2** Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
- 26.3** Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando a decisão de adjudicação seja tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no n.º 26.1 deste Programa de concurso, a entidade adjudicante deve indemnizar o concorrente que recuse a adjudicação pelos encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da respetiva proposta
- 26.4** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do ponto 28;
 - b) Prestar caução nos termos do disposto no ponto 29., indicando expressamente o seu valor;

- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da Proposta adjudicada.

26.5 As notificações referidas nos pontos anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

27. Causas de não adjudicação

27.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

27.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes

27.3 No caso da alínea c) do ponto 27.1 do presente programa, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

27.4 Quando a entidade adjudicante decida não adjudicar, com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do ponto 27.1 do presente programa, deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

27.5 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

27.6 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

27.7 Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

- 27.8** Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do ponto 27.1 do presente programa, ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.
- 27.9** A adjudicação caduca se o adjudicatário:
- a) Não apresentar os documentos de habilitação, nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou em tradução devidamente legalizada;
 - b) Não prestar, por facto que lhe seja imputável, a caução exigida;
 - c) Não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua Proposta. Neste caso, a Entidade adjudicante, deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
 - d) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações;
 - e) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como no caso de, sendo o adjudicatário um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 6.4 deste programa de concurso, a Entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 27.10** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 27.11** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 27.12** Se, por facto que lhe seja imputável, a Entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto 30.8 deste Programa de concurso, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquele liberar a caução que este eventualmente haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e

demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

- 27.13** No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

Secção IV – Contrato

28. Documentos de habilitação

- 28.1** O prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

- a) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo IV ao presente Programa, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP.
- c) Certidão comercial e procuração, caso o contrato seja assinado por procurador;
- d) Documento com identificação da equipa responsável pela implantação do projeto, com o Curriculum Vitae dos seus elementos, que demonstre o preenchimento dos requisitos constantes das alíneas b), c), d) e e) do ponto n.º 5.2.
- e) Declarações comprovativas do preenchimento dos requisitos constantes das alíneas a) e b) do ponto n.º 5.2., emitidas pelas entidade Adjudicante(s) no(s) procedimento(s) respetivo(s).

- 28.2** Para efeitos do disposto no ponto anterior, o adjudicatário deve aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 7.2, clicar no separador ‘Adjudicação e Habilitação’, anexar os documentos exigidos em cada uma das caixas de anexação e assinar cada documento com assinatura eletrónica qualificada.

- 28.3** São prova bastante do cumprimento da alínea b) do n.º 1 os documentos referidos no artigo 83.º-A do CCP.

- 28.4** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.
- 28.5** Quando os documentos a que se refere o ponto 28.1 se encontrem disponíveis na Internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 28.6** O órgão competente para a decisão de contratar ou o Júri pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

29. Caução

- 29.1** Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, caso aplicável, será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução a no valor de 2% do montante do preço contratual.
- 29.2** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário será de 10% do preço contratual estimado;
- 29.3** A caução será prestada no prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação, e comprovando essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente;
- 29.4** A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo previsto no **Anexo V**.

30. Minuta e celebração do contrato

- 30.1** A minuta do contrato é aprovada pela entidade adjudicante em obediência ao disposto no artigo 96.º do CCP.
- 30.2** Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos expressamente pela entidade adjudicante do contrato

que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

- 30.3** A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
- 30.4** A entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.
- 30.5** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos definidos no artigo 102.º do CCP.
- 30.6** Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
- 30.7** A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação de caução;
 - c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do ponto 26.4 deste Programa de concurso.
- 30.8** A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Secção V – Disposições Finais

31. Encargos do concorrente

São encargos do concorrente todas as despesas inerentes à elaboração da proposta, prestação de caução, redução do contrato a escrito e fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

32. Regime legal aplicável

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e respetivas alterações e regulamentação, o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, e as regras especiais previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO****(Alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do DLR n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro)**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;
 - vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

_____ (firma e sede ou nome e morada)¹, representado(a) pelo seu gerente/administrador/representante comum _____ (nome, estado civil, naturalidade e morada)², tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos do “Concurso n.º _____ Aquisição e implementação de um sistema de informação de radiologia para os serviços de radiologia do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”, obriga-se a celebrar contrato para os seguintes serviços:

PROPOSTA	
<i>Preço licenciamento e implementação VNA</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço licenciamento e implementação Visualizador Universal</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço licenciamento e implementação plataforma MPI (Master Patient Index)</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço licenciamento e implementação RIS – Unidades de Saúde de Ilha e COA</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço Licenciamento e implementação RIS - Hospitais</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço plataforma TI</i>	<i>(preço dos equipamentos discriminado)</i>
<i>Preço estações de trabalho</i>	<i>(preço dos equipamentos discriminado)</i>
<i>Preço formação</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Preço anual garantia e suporte</i>	<i>(preço em €)</i>
<i>Prazo garantia e suporte</i>	<i>(prazo em meses)</i>
<i>Preço global (excluindo Opção de substituição dos RIS dos Hospitais)</i>	<i>(preço em €)</i>

¹ Se o concorrente for um agrupamento, proceder à identificação de todos os membros do agrupamento concorrente.

² Se aplicável.

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

<i>Prazo implementação (excluindo garantia, suporte e manutenção)</i>	<i>(prazo em semanas)</i>
---	---------------------------

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

MATRIZ DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ID	Descrição	Cumpre/Não Cumpre (S/N)	Página da Proposta	Observações
Componente I – VNA, Visualizador Universal, RIS e MPI				
VNA – Aspetos Não-Submetidos à Concorrência				
1.a	Permitir a integração bidirecional e interoperabilidade entre os diversos sistemas de informação existentes em cada estabelecimento de saúde e um armazenamento e visualização de relatórios regional através de integração da informação destes sistemas conforme os perfis de integração IHE e os standards HL7 e DICOM. A título informativo são apresentados os atuais fluxos de trabalho dos hospitais e unidades de saúde de ilha no Anexo II do presente Caderno de Encargos mas não deverão influenciar o desenho da solução final, que deverá cumprir com as definições dos standards referidos neste Caderno de Encargos;			
1.b	Assegurar a interoperabilidade do sistema no caso de substituições de sistemas de informação locais de um ou			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	mais estabelecimentos de saúde considerados no Anexo 1 através uma nova integração de novos sistemas na solução VNA. O custo das novas integrações pela duração do contrato em quaisquer dos estabelecimentos de saúde no âmbito do contrato deverá ser assegurado nos termos da cláusula 8 das especificações legais do presente Caderno de Encargos;			
1.c	Assegurar a interligação com o Master Patient Index (MPI) que atribua, a cada utente do SRS, através de referenciação cruzada, um número único na base de dados a partir dos dados de identificação específicos de cada utente de forma a unificar a gestão e distribuição dos estudos no VNA.. Adicionalmente, deverá ser possibilitada a inclusão da informação de migrantes na região, onde devido à inexistência de um nº de utente de saúde nacional, deverá ser criado um registo único no VNA.			
1.d	Possibilitar uma integração posterior de exames, relatórios e outros tipos de informação em termos médicos de outros serviços departamentais como cardiologia, anatomia patológica, gastroenterologia, etc, sendo que estas			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	aplicações vão ter de estar sujeitas às mesmas regras de cumprimento dos standards para uma correta integração entre os diversos serviços departamentais;			
1.e	e. Armazenar todos os tipos de informação multimédia relevantes em termos médicos em formatos standard e não-proprietários, como imagens DICOM e não-DICOM (.jpg, .png, .tiff, .bmp), relatórios (.pdf, .html, .xml, HL7 CDA), ficheiros de vídeo (.wmv, .avi, mp4, mpeg2), e ficheiros de áudio (.wma, .wav, .mp3), bem como outras que se venham a revelar de uso corrente ou frequente pelas normais evoluções técnicas, para posterior apresentação no Visualizador Universal.			
2.a	<p>Estar em conformidade com os seguintes perfis de integração IHE:</p> <p>IHE Scheduled Workflow (SWF) – O sistema deverá receber os dados de identificação do utente diretamente do através do standard HL-7, sendo que deverão estar incluídos os seguintes dados mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Nome; ii. Apelido; 			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	<p>iii. Data de nascimento;</p> <p>iv. Sexo;</p> <p>v. Morada;</p> <p>vi. Código postal;</p> <p>vii. Endereço eletrónico;</p> <p>viii. Contato telefónico;</p> <p>ix. Número de Identificação Fiscal (NIF);</p> <p>x. Número de Identificação de Segurança Social (NISS);</p> <p>xi. Cartão de Cidadão (CC)</p> <p>xii. N.º Utente de Saúde;</p> <p>xiii. N.º Processo;</p> <p>xiv. N.º Episódio;</p> <p>xv. Entidades Financiadoras Responsáveis (Cód. Descrição, n.º beneficiário, passar a preferencial do episódio);</p> <p>xvi. Isenção (Cód. Descrição, tipo, data início e fim – se ativa)</p>			
2.b	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Patient Information Reconciliation</i> (PIR) – o sistema deverá reconciliar a			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	informação de identificação administrativa do utente em caso de atualização ou evento traumático diretamente do HIS/EPR e informar os PACS de eventuais alterações;			
2.c	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Cross Enterprise Document Sharing</i> (XDS) – O Sistema deverá permitir a partilha e acesso aos registos eletrónicos dos pacientes ao longo dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde incluídos no âmbito;			
2.d	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Cross Enterprise Document Sharing for Imaging</i> (XDS-I) – O sistema deverá permitir a partilha e acesso às imagens, relatórios e informação relacionada ao longo dos diversos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde incluídos no âmbito;			
2.e	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Patient Identifier Cross Referencing</i> (PIX) – O sistema deverá suportar a referência cruzada dos identificadores dos utentes devido à existência de diversos domínios de identificação			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	do utente através da transmissão da informação da identidade específica do utente na fonte para o MPI;			
2.f	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Patient Demographics Query</i> (PDQ) – O sistema poderá requisitar novos pedidos de informação de um ou mais utentes;			
2.g	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Audit Trail and Node Authentication</i> (ATNA) – O sistema deverá estabelecer medidas de segurança que, em conjunto com as políticas e procedimentos de segurança, assegurem a confidencialidade e a integridade dos dados dos utentes;			
2.h	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Consistent Presentation of Images</i> (CPI) – O sistema deverá manter a consistência de apresentação das imagens e a informação incluída na sua apresentação (como anotações de utilizador, medições, área de visualização, zooms);			
2.i	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Key Image Note</i> (KIN) – O sistema deverá armazenar nos conteúdos das imagens as sinalizações por parte do técnico e médico radiologista, bem como a inserção de notas referentes às imagens			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	sinalizadas pelos mais diversos motivos. As sinalizações e notas devem ser armazenadas, arquivadas e disponibilizadas no sistema de visualização universal em conjunto com as imagens e relatórios em anexo;			
2.j	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Consistent Time (CT)</i> – O sistema deverá assegurar que os relógios e as indicações de data e hora nos diversos computadores da rede estejam bem sincronizados com um erro de mediana de menos de 1 segundo;			
2.k	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Enterprise User Authentication (EUA)</i> – O sistema deverá definir uma forma de estabelecer um nome por utilizador que poderá posteriormente ser utilizado nos dispositivos que participam no perfil de integração de forma a facilitar a gestão da autenticação dos utilizadores e providenciar um login rápido, simples e conveniente.			
3	Possuir uma interface com os diversos sistemas de informação clínica para troca de mensagens e comunicação de relatórios e resultados através do <i>standard HL7 v2.5.x</i> .			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

4.a	Possuir o standard de integração DICOM <i>C-STORE</i>			
4.b	Possuir o standard de integração DICOM <i>C-FIND</i>			
4.c	Possuir o standard de integração DICOM <i>C-MOVE</i>			
4.d	Possuir o standard de integração <i>DICOM Verification</i> – O sistema deverá possibilitar a verificação da conectividade DICOM entre dois nodos DICOM;			
4.e	Possuir o standard de integração <i>DICOM Storage Commitment (DSC)</i> – O sistema deverá confirmar o armazenamento permanente dos objetos DICOM;			
4.f	Possuir o standard de integração <i>DICOM Query/Retrieve (DQR)</i> – O sistema deverá localizar as listas de imagens necessárias/por atualizar a partir do repositório em que estão armazenadas;			
4.g	Possuir o standard de integração <i>DICOM Structured Report (SR)</i> – O sistema deverá estandardizar a estrutura dos dados e das observações clínicas através da disponibilização de um documento estruturado com texto referente ao relatório do médico e links para outros dados			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	importantes e relativos ao estudo em questão, como imagens e ficheiros de áudio/vídeo. Estes documentos poderão ser disponibilizados e exportados para “.pdf”, “.xml” e “.html” com as respetivas imagens-chave de cada relatório;			
5	Possuir uma interface da versão original do protocolo WADO (<i>Web Access to DICOM Persistent Objects</i>);			
6	Efetuar uma gestão de contexto entre os diversos sistemas de informação com diferentes conformidades DICOM no perfil regional através de <i>Dynamic Tag Morphing</i> (DTM).			
7	A solução deverá incluir um módulo de BI (Business Intelligence), que poderá estar integrado na plataforma VNA ou apresentado como plataforma independente, que permita a visualização de diversos dados referentes aos diversos serviços de radiologia da região. Este módulo deverá incorporar funcionalidades de gestão de acesso administrativo via web que disponibilize a extração para formatos estandardizados (PDF, Excel) de diversos			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	indicadores relativamente ao funcionamento dos serviços de radiologia do Serviço Regional de Saúde;			
8	A solução deverá incorporar a funcionalidade de PACS Regional centralizado nas instalações da entidade adjudicante que sirva para suporte de todas as unidades de aquisição de imagem das diversas unidades de saúde de ilha;			
9	As diferentes aplicações (PACS, RIS) deverão efetuar a transferência da informação de radiologia para o VNA durante um período que não implique com o funcionamento do sistema, sendo que apesar disso deverá ser disponibilizada uma solução que permita o envio imediato para a plataforma centralizada relativamente a informação urgente;			
10	A Solução deverá possibilitar a configuração a nível administrativo os momentos de passagem da informação dos PACS;			
11	O novo VNA deverá permitir a incorporação em formato digital a informação de radiologia histórica existente;			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

12	Possuir uma estrutura de gestão do ciclo de vida da informação devidamente integrado e configurável conforme as regras definidas nos números de referência 82 e 85 do Anexo I da Portaria nº247/2000 de 8 de Maio de 2000, com as alterações da Portaria nº 157/2014 de 19 de Agosto e com o artigo nº4 da Portaria 319/2013 de 24 de Outubro de 2013, que indica a necessidade legal de assegurar o armazenamento digital dos dados relativos a processos clínicos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica durante as fases activa e semiactiva, com respetiva consideração da decisão final aplicável (conservação permanente ou eliminação) e sem possibilidade de alterar/manipular os dados gravados;			
13	Ter uma base de dados única em SQL, em que a estrutura da base de dados deverá ser documentada e dada a conhecer à entidade adjudicante, sendo que esta não a poderá alterar, mas deverá ser permitido o acesso à informação desde que cumprindo com as normas CE dos dispositivos médicos;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

14	A solução deverá ter a base de dados a dar cobertura à Lei de Proteção de Dados através da encriptação da comunicação entre as componentes, bem como manter um registo das ações desencadeadas por todos os utilizadores sempre que as mesmas recorram à alteração/manipulação de dados pessoais.			
VNA – Aspetos Submetidos à Concorrência				
1.a	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Access to Radiology Information</i> (ARI) – O sistema deverá permitir a partilha de imagens, relatórios e informação relevante em termos médicos dentro de uma rede;			
1.b	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Imaging Object Change Management</i> (IOCM) – O sistema deverá centralizar e simplificar a gestão das imagens DICOM nos diversos repositórios de imagem através de trocas de mensagens bidirecionais estandardizadas;			
1.c	Possuir o <i>standard</i> de integração <i>IHE Radiation Exposure Monitoring</i> (REM) – O sistema deverá obter e registar as			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	informações sobre as doses de radiação utilizadas em cada estudo;			
1.d	<i>IHE Import Reconciliation Workflow (IRW)</i> – O sistema deverá permitir a importação eficiente de dados DICOM a partir de diversos formatos de armazenamento digital (CDs, discos rígidos).			
2	Possuir uma interface DICOM <i>Radiation Dose Structured Report (RDSR)</i> , em que o sistema deverá armazenar as informações relativas às doses de radiação provenientes das modalidades de imagem dos sistemas aos quais se encontra integrado;			
3	Suportar o armazenamento no VNA com compressão lossless, devendo a solução assegurar forma de comprovar que as imagens não perdem a qualidade na imagem. O fornecedor deverá igualmente indicar na proposta qual a metodologia e algoritmo de compressão lossless utilizada na solução;			
4	Englobar, na sua arquitetura tecnológica, uma estratégia que assegure a continuidade do serviço com a existência de			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	<p>redundância através de uma configuração espelhada, em que o subsistema primário suporta todas as operações entre os sistemas de informação existentes em cada hospital/unidade de saúde e um subsistema secundário que resolva os problemas de continuidade do serviço e de <i>disaster recovery</i> numa localização exterior à Região Autónoma dos Açores;</p>			
Visualizador Universal – Aspetos Não – Submetidos à Concorrência				
1.a	<p>Permitir, ao radiologista, a visualização da informação de radiologia regional dos utentes do Serviço Regional de Saúde descrita no ponto 1.e dos aspetos não submetidos à concorrência em relação aos requisitos VNA em ambiente desktop e mobile, independentemente do local de acesso. Adicionalmente, deverão ser disponibilizadas diversas ferramentas avançadas para meios de diagnóstico dentro e fora de ambiente profissional. <i>Note-se que dentro de cada hospital, os radiologistas vão continuar a utilizar os visualizadores internos para todos os exames. Este Visualizador Universal só será utilizado nos Centros de Saúde e em ambiente de consulta fora dos hospitais;</i></p>			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

1.b	Permitir, ao clínico, a visualização da informação de radiologia regional dos utentes do Serviço Regional de Saúde descrita no ponto 1.e dos aspetos não submetidos à concorrência em relação aos requisitos VNA em ambiente desktop e mobile, independentemente do local de acesso. <i>Note-se que dentro de cada hospital, os radiologistas vão continuar a utilizar os visualizadores internos para todos os exames. Este Visualizador Universal só será utilizado nos Centros de Saúde e em ambiente de consulta fora dos hospitais.</i>			
1.c	Permitir que o visualizador seja integrável num futuro portal de utente a desenvolver pela entidade contratante;			
2.	Possibilitar a configuração de funções e acessos específicos conforme um utilizador ou um grupo de utilizadores;			
3.	Disponibilizar um número ilimitado de licenças para a utilização da solução tanto pelos utentes, como pelos clínicos e radiologistas;			
4.	Ser 100% web-based;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

5.	Ser <i>zero footprint</i> , ou seja, permitir a acesso aos estudos diretamente no navegador de internet, independentemente do navegador, sistema operativo ou dispositivo que seja utilizado, sem a necessidade de instalar quaisquer <i>plugins</i> e/ou <i>software</i> ;			
6.	Ser compatível com os navegadores de referência: Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox;			
7.	Estar desenvolvido em HTML5 ou HTML5 e Javascript;			
8.	Utilizar o protocolo seguro HTTPS;			
9.	Suportar e incluir as linguagens Português Europeu e Inglês;			
10.	Incluir um time-out automático por um determinado período de inatividade para todos os perfis.			
Visualizador Universal – Aspetos Submetidos à Concorrência				
1	Possibilitar, aos radiologistas e clínicos, a comparação lado-a-lado entre 2 a 4 imagens;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

2	Possibilitar, aos radiologistas e clínicos, a inserção e armazenamento de anotações diferenciadas ;			
3	Possibilitar, ao clínico, a emissão de alertas configuráveis pelo utilizador através de pop-up/dashboard/correio eletrónico conforme modificações do estado de cada requisição, e com link incluído para acesso rápido e conveniente a cada requisição;			
4	Permitir, ao radiologista, a aplicação de diversos filtros de imagem para efeitos de diagnóstico ;			
5	Incluir a exibição de alertas/etiquetas aquando de visualização de imagens com compressão lossy e/ou com qualidade reduzida;			
6	Possibilitar o login dos profissionais de saúde e utentes através de um método de verificação por dois passos ;			
RIS – Aspetos Não Submetidos à Concorrência				
1.	Fornecimento de um RIS que pode ou não estar conectado à camada aplicacional do VNA no fluxo de trabalho de cada centro de saúde considerado no Anexo I, cujo fluxo de trabalho está explicitado no Anexo II e tendo em conta os			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	equipamentos de aquisição de imagem a integrar dispostos no Anexo III do presente Caderno de Encargos, sendo igualmente responsabilidade do adjudicatário de efetuar a verificação dos mesmos equipamentos referenciados no Anexo III no momento de implementação;			
2.	O RIS tem de suportar múltiplas identificações de paciente e ser capaz de integrar com múltiplos HIS e com a plataforma de gestão de cuidados de saúde primários da região;			
3.	Disponibilizar uma interface ao utilizador da plataforma RIS 100% <i>web-based</i> ;			
4.	Possibilitar uma autenticação simples e segura para todos os utilizadores responsáveis ;			
5.a	Incluir um módulo de prescrição integrado em termos aplicativos ao RIS e que deverá ser interligado diretamente com o módulo de prescrição em produção nos cuidados de saúde primários: Assegurar a adaptação ao template de prescrição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	segundo modelo credenciado pela Secretaria Regional da Saúde conforme Portaria nº 69/2012 de 27 de Junho de 2012, sendo que quaisquer alterações ao modelo credenciado pela duração do contrato terão de ser asseguradas pelo adjudicatário;;			
5.b	Apoiar a prescrição dos exames com base em perfis pré-definidos consoante o exame a ser efetuado;			
5.c	Possibilitar um acompanhamento o estado das requisições em qualquer fase do processo;			
5.d	No momento da prescrição, exibir um alerta no caso do exame a ser prescrito já ter sido efetuado num determinado limite temporal que pode ser definido internamente e disponibilizar possibilidade de visualizar exame/relatório. Exemplo: Prescrição médica num determinado hospital, no entanto o mesmo utente efetuou recentemente (no período definido) o mesmo exame num outro hospital, o sistema deverá alertar o médico desse facto, no momento da prescrição, e disponibilizar o link para visualizar o relatório do exame;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

5.e	Possibilitar a emissão de consentimento informado em anexo à prescrição efetuada conforme os pressupostos da norma nº015/2013 da Direção-Geral da Saúde, de 03/10/2013 e atualizada a 04/11/2015 para que, no momento da prescrição de um exame que careça deste, seja automaticamente impresso o consentimento informado conforme modelo-tipo em anexo na norma acima enunciada. Posteriormente, após a assinatura do médico e do utente, este deverá ser digitalizado e incluído no processo clínico do utente.			
6.a	Incluir um módulo de agendamento integrado em termos aplicativos ao RIS, e que deverá: Permitir a definição de períodos de agenda por unidade hospitalar, recursos e ato médico;			
6.b	Permitir a gestão e apoio à resolução de conflitos gerais e particulares entre agenda e marcações, com possibilidade de remarcação e aviso automático ao utente;			
6.c	Emitir documentos específicos para cada ato: panfletos informativos, textos de preparação;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

6.d	Emitir respetivas declarações de presença para o utente e para o acompanhante, caso aplicável;			
6.e	Estar preparado para efetuar a interligação com os diversos equipamentos de aquisição de imagem através de DICOM Modality Worklist;			
7.a	Incluir um módulo inativo de gestão de relatórios que deverá: Permitir o relato através de ditado manual e/ou por voz, com respetiva integração com os sistemas de ditado por voz;			
7.b	Incluir a definição de relatórios-tipo por entidade hospitalar, médico e/ou por ato médico;			
7.c	Permitir a associação de um relatório a vários exames do utente;			
7.d	Permitir a integração de assinatura digital do médico no relatório;			
7.e	Permitir a efetivação de possíveis adendas ao relatório;			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

7.f	Permitir a interligação com dactilógrafos sem quaisquer quebras no fluxo de trabalho regular;			
8.	Registar consumíveis e/ou produtos (por exemplo: contrastes) através de código de barras para cada exame com o registo da data de validade e lote.			
9.a	Incluir um módulo de telerradiologia interligado com o RIS, estando ou não integrado em termos aplicativos ao RIS, e que deverá: Estar em conformidade com as regras orientadoras da norma nº005/2015 da Direção-Geral da Saúde, de 25/03/2015, nas suas diversas componentes aplicativos e processuais;			
9.b	Informatizar o telediagnóstico com controlo de SLA (Service Level Agreements);			
9.c	Desmaterializar na totalidade o circuito em relação às entidades convencionadas pelo SRS, as quais deverão possuir um acesso que permita, aos convencionados e, aos radiologistas da região:			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	<p>i. Aos convencionados, receber pedidos de relatório automáticos por parte das unidades de saúde onde o pedido deverá incluir, através de uma ligação segura, não só os dados de informação clínica e o acesso às imagens do estudo a partir do VNA, mas também o acesso a um módulo de reporting por digitação manual. Após validação do relatório, o mesmo deverá ser armazenado no VNA para distribuição regional.</p> <p>ii. Aos convencionados, receber pedidos de exame + relatório automáticos por parte das unidades de saúde onde o pedido deverá incluir, através de uma ligação segura, não só os dados de informação clínica e do exame a ser efetuado, mas também o acesso a um módulo de reporting por digitação manual. Após validação do relatório, o mesmo e as imagens correspondentes ao exame deverão ser armazenados no VNA para distribuição regional. Os dados relativos ao exame a enviar para o VNA por parte do convencionado deverão estar de acordo com a informação enviada no pedido, como por exemplo</p>			
--	--	--	--	--

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	número de registo médico, número de acesso,, Request ID, etc; iii. Aos radiologistas, o acesso à plataforma diretamente a partir de qualquer local de forma a possibilitar o telediagnóstico e execução de relatório e assinatura digital disponíveis para a execução do diagnóstico. Após validação do relatório, o mesmo deverá ser armazenado no VNA para distribuição regional.			
10.a	Possuir o perfil de integração <i>DICOM Modality Worklist</i> (DMWL) – O sistema deverá permitir a disponibilização de listas de trabalho aos diversos equipamentos com base na informação recolhida dos sistemas de agendamento e admissão;			
10.b	<i>DICOM Modality Performance Procedure Step</i> (MPPS) – O sistema deverá possibilitar a integração automática dos dados provenientes dos equipamentos com capacidade de produção MPPS;			
10.c	<i>DICOM Structured Report</i> (SR) – O sistema deverá estandardizar a estrutura dos dados e das observações			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	clínicas através da disponibilização de um documento estruturado com texto referente ao relatório do médico e links para outros dados importantes e relativos ao estudo em questão, como imagens e ficheiros de áudio/vídeo. Estes documentos poderão ser disponibilizados e exportados para “.pdf”, “.xml” e “.html” com as respetivas imagens-chave de cada relatório;			
11	Suportar e incluir as linguagens Português Europeu e Inglês;			
12	Possibilitar uma ferramenta de verificação ortográfica automática;			
13	Integrar a solução de forma bidirecional com o módulo de faturação da MedicineOne;			
14	Assegurar a gestão de utilizadores e os respetivos níveis de acesso;			
15	Possibilitar a definição de acesso a cada operação do sistema por grupo/utilizador;			
16	Definição de acesso a cada entidade por grupo/utilizador;			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

17	Registo da data/hora de contacto do utente em cada fase do processo no serviço;			
18	Registo em histórico de todas as operações realizadas na base de dados (log);			
19	Possibilitar, ao clínico, a emissão de alertas configuráveis pelo utilizador através de pop-up/dashboard/correio eletrónico conforme modificações do estado de cada requisição, e com link incluído para acesso rápido e conveniente a cada requisição;O concorrente deverá fornecer como opção os custos de substituição dos sistemas RIS existentes nos Hospitais. Deverá indicar uma descrição de como fará a transição dos sistemas e respetiva migração dos dados. Estes custos deverão estar totalmente segregados dos restantes. À entidade adjudicante reserva-se o direito de acionar esta mesma opção.			
20	O concorrente deverá fornecer os custos de substituição dos sistemas RIS existentes nos Hospitais. Deverá indicar uma descrição de como fará a transição dos sistemas e respetiva migração dos dados. Estes custos deverão estar			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	totalmente segregados dos restantes. À Saudaçor reserva-se o direito de acionar esta mesma opção.			
RIS – Aspetos Submetidos à Concorrência				
1	A solução deverá permitir que a execução do exame possa ser realizada em modo offline no caso de possíveis falhas de rede. Isto implica que as listas de trabalho estão disponíveis em caso de falha de rede e assegura desta forma o normal funcionamento;			
2	A solução deverá permitir a informação ao utilizador prescritor do custo associado a cada exame e do custo da totalidade da prescrição em curso;			
MPI – Aspetos não Submetidos à Concorrência				
1	Dado que a solução VNA irá guardar imagens e relatórios de utentes provenientes de várias entidades, terá de existir um sistema capaz de correlacionar identificadores diferentes referentes à mesma pessoa, mas em domínios diferentes. Pretende-se assim a instalação, configuração e implementação de uma plataforma de identificação de utentes em conformidade com o perfil PIX de IHE para o			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	ator Patient Identifier Cross-Reference Manager, o qual também é habitualmente designado por EMPI - Enterprise Master Patient Index.			
2	Conforme descrito no perfil de integração IHE (imagens abaixo – Figura 1 e Figura 2), os geradores de identificadores de cada domínio, designados por Patient Identity Source, que corresponde às aplicações de gestão de utentes das várias entidades e que geram identificadores de utentes, deverão interagir com o MPI por forma a produzir e consumir as identificações de utentes geradas em cada domínio.			
3	O MPI deverá assegurar integração como os HIS existentes e o com o RNU.			
4.a	A plataforma EMPI tem os seguintes requisitos: Conformidade com o perfil IHE PIX, mais concretamente com o ator Patient Identifier Cross-reference Manager;			
4.b	Suportar as seguintes transações do perfil PIX: <ul style="list-style-type: none"> • Patient Identity Feed [ITI-8]; 			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	<ul style="list-style-type: none"> • Patient Identity Management [ITI-30]; • PIX Query [ITI-9]; • PIX Update Notification [ITI-10]; 			
4.c	Interface de administração 100% web, com comunicação segura por SSL ou TLS;			
4.d	Flexibilidade na definição de quais os dados demográficos geridos na plataforma;			
4.e	Capacidade de definir quais os Patient Identity Sources (aplicações) que podem efetuar atualização automática de dados (Patient Identity Feeds);			
4.f	Interface de administração de domínios;			
4.g	Interface de administração de utilizadores;			
4.h	Definição de permissões diferentes por utilizadores;			
4.i	Interface de administração de utentes;			
4.j	Interface para resolução de duplicados;			
4.k	Implementação de algoritmos de matching para deteção de possíveis duplicados;			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

4.1	O licenciamento não deve estar relacionado com a quantidade de domínios, identificadores demográficos ou utentes;			
5	Deverá ser assegurado que as aplicações existentes de HIS e de gestão dos cuidados de saúde primários deverão implementar o perfil IHE na componente que lhes respeita, por forma a poderem informar o EMPI dos seus identificadores, ou consumirem identificações do EMPI. Desta forma o EMPI terá dados de utentes para correlacionar e permite ao VNA consolidar os registos de utentes.			
Componente II – Plataforma TI				
Servidores				
CPU	≥	2 x Intel Xeon E5-2630 v3 2.4GHz, 20M Cache (ou equivalente, desde que garanta a		

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

		integração com o cluster existente)			
Tamanho	≥	1U Máximo			
Memória	≥	10 x 16GB RDIMM, 2133 MT/s Dual Rank			
Disco	≥	2 x 120GB SSD MLC 2.5in Hot-plug			
Controlador	≥	PERC H730 Controlador RAID, 1GB Cache (ou equivalente, desde que garanta a integração com o cluster existente)			
Conetividade	≥	<ul style="list-style-type: none"> 4 x 10 Gbe SFP+ 8 x 1 Gbe 			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

		<ul style="list-style-type: none"> 1 x Emulex LPE 12002 Dual Channel 8GB FC 			
Gestão	≥	iDRAC8 Enterprise (ou equivalente, desde que garanta a integração com o cluster existente)			
Suporte	≥	Mínimo 2 anos – Next Business Day on-site			
Storage					
1	Características Mínimas de Hardware da Unidade de Storage (SAN):				
	Escalabilidade do modelo do produto proposto apresentado até um mínimo de 900				

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	discos (mínimo), sem impedimentos, com simples adição de “gavetas” de discos, sem interrupções e sem necessidade em evoluir para modelo diferente do proposto.			
	Suporte mínimo do modelo proposto até 3PB em capacidade RAW em bloco (SAN).			
	Possibilidade de trocar controladores por outros de diferente capacidade/superiores sem paragem de produção. Possibilidade de reutilizar gavetas de diferentes gerações e modelos.			
	Obrigatório uma única consola para gestão da SAN objeto deste caderno com das SANs atualmente em produção modelo Dell Equallogic			
	Escalabilidade da memória (Cache) no modelo do produto apresentado um mínimo de 256GB (128+128) Cache de memória RAM, sem interrupções e sem necessidade de evoluir			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	para modelo diferente do proposto ou adição de discos SSD			
	Discos, fontes de alimentação, ventiladores, processadores e portas iSCSI redundantes do tipo hot-swap;			
	O Modelo proposto deverá suportar um mínimo de 6 discos por gaveta (independente do modelo de gaveta proposto).			
	Permitir combinar discos SSD diferentes (SLC, eMLC e/ou TLC-vNAND) na mesma pool de discos, SAS ou NL-SAS na mesma gaveta de discos;			
	Deverá permitir SnapShots/clones, ilimitados (por LUN/Volume semanais com períodos de retenção de 15 dias) por LUN/Volume diárias;			
	Permitir adição de gavetas de 12/24discos SAS/NL-SAS com uma ocupação máxima de			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	2U (12/24 Discos) e máximo 5Us com um mínimo de 84 Discos por gaveta de discos.			
	Suporte de garantia mínimo de 2 anos (24x7x4h) Hardware e software e atualização de licenças e independente por módulo de processamento e por gaveta de discos adicionada agora ou no futuro.			
	Possibilidade de Integração e retro-compatibilidade com gavetas de modelos anteriores e futuros sem perda de performance, características ou funcionalidades na integração na SAN.			
	Garantia mínima de 2 anos, sem restrições de uso e ou consumo de células para os discos SSD.			
	Suporte obrigatório aos seguintes níveis de RAID: 10; ou raid 10 duplo (Dual Mirror); 5; 6 (sem restrições no uso do tipo de disco proposto pelo proponente).			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	Capacidade mínima requerida no dimensionamento:				
Storage	≥	<p>2x Controladores com 4 processadores físicos com 32 cores mínimo</p> <p>256GB Cache RAM</p> <p>Frontend 8x Portas iSCSI 10Gb/s SFP+</p> <p>Backend 12x Portas SAS a 12Gb/s</p> <p>24x discos de 1,92TB SSD 2,5" SAS 12Gb/s Enterprise class</p>			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

		168x Discos de 6TB 7.2k rpm NL-SAS 3,5"			
2	Requisitos de Licenciamento de Software SAN Mínimos (Site de produção)				
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para SnapShots e Clones para os volumes criados licenciamento ao máximo dos do array proposto.				
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para movimento automatizado de blocos entre todos tipos de discos diferentes (tiering), propostos pelo proponente.				
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para movimento automatizado de blocos entre todos níveis de RAID, propostos e configurados pelo proponente.				

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	Deverá ser fornecido software e licenciamento para recuperar espaço previamente ocupado e permitir a sua reintegração dinâmica no espaço disponível.			
	A configuração do nível de RAID deve ser feita de modo dinâmico e automático pelo sistema em função dos requisitos do solicitados pelo Host ou aplicações.			
	Deverá permitir configurar regras de escrita e leitura obrigatória dos dados individualmente por Volume/Lun no níveis de RAID e Tier personalizados, podendo depois usufruir do movimento automatizado pelos diferentes tiers.			
	Possibilidade de monitorização online e histórico do “gasto” e utilização dos discos SSD (SLC, eMLC, TLC-vNAND).			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	Deverá ter a capacidade de balancear automaticamente os dados pelos discos de forma a consumir menos células, consequentemente diminuir o “gasto” dos discos SSD.			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para Thin e thick provisioning.			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para QoS – Quallity of Service			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para segmentação das portas iSCSI com vLan TAG (64x vLans minimo)			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para monitorização de Performance, volumes, portas, discos,			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	replicações e Hardware com histórico (mínimo 24 meses).			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para compressão e deduplicação de dados ao nível da SAN (bloco).			
	Deverá ser fornecido software e licenciamento para suportar VMware vVols			
	Deverá ser fornecido licenciamento para suportar VMware vVols			
	Deverá ser fornecido licenciamento para integração de ferramentas para as primitivas VAAI VMware e vSphere			
	Deverá ser fornecido licenciamento para Web Cliente VMware e vSphere			
	Deverá ser fornecido licenciamento para integração dos SnapShots/Clones com o VMware e vSphere			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Componente III – Estações de Trabalho						
Torre						
CPU	Benchmark CPU Passmark	≥	7000			
	Nº de “cores” CPU	≥	4 “cores”			
Motherboard	Slots RAM	≥	4 x 240-pin DIMM			
	RAM Máxima Suportada	≥	32 GB			
	Slots de Expansão PCIe 3.0 x16	≥	1			
	Portas SATA 6 Gb/s	≥	4			
	Suporte RAID 0	=	Sim			
	Portas USB 3.0	≥	4			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	Portas USB 2.0	≥	2			
	Ethernet On-Board	=	Sim			
	Portas Ethernet	≥	2			
	Velocidades Suportadas	≥	10/100/1000 Mbps			
	Placa de Som On-Board	=	Sim			
Memória	Memória instalada	≥	16 GB RAM			
	Nº slots de memória utilizadas	=	2			
	Tipo	=	240-pin DIMM			
	Velocidade	≥	DDR3-1600			
	Latência	=	Nenhuma			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Armazenamento SSD	Número de discos SSD	=	1			
	Capacidade	≥	120 GB			
	Interface	=	Sata 6 Gb/s			
	Boot OS	=	Sim			
GPU	Memória	≥	2 GB			
	Interface	=	PCIe x16			
	Portas DisplayPort/Mini DisplayPort	≥	3			
Sistema Operativo		=	Windows 7 Professional SP1 64-bit/Windows 10 Home 64-bit			
Teclado	QWERTY Português	=	Sim			
	USB In	=	Sim			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	Com Fios	=	Sim			
<u>Rato</u>	USB In	=	Sim			
	Botões	=	2			
	Scroll	=	Sim			
	Com Fios	=	Sim			
<u>Leitor Ótico</u>	Velocidade Leitura CD	≥	48x			
	Velocidade Leitura DVD	≥	16x			
	Interface	=	SATA			
<u>Eficiência Fonte de Alimentação</u>		≥	80+ Bronze			
<u>DICOM</u>	Compatibilidade DICOM	=	Sim			
	DICOM Storage SCU/SCP	=	Sim			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	DICOM Query/Retrieve SCU	=	Sim			
Monitores de Diagnóstico						
Nº de Monitores		=	2			
Tamanho do Ecrã		≥	21 polegadas (diagonal principal)			
LED		=	Sim			
IPS		=	Sim			
Cores/Escala de Cinzentos		=	Cores			
Densidade de Bits		=	10-bit			
Resolução		≥	3MP			
Luminância Máxima		≥	600 cd/m ²			
Não Uniformidade da Luminância		≤	15%			

Concurso n.º 7/2016- Aquisição e implementação de um sistema de informação de imagiologia para o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Rácio de Contraste	≥	1000:1			
Tempo de Resposta	≤	22 ms			
Portas DisplayPort	=	1			
Monitor de Trabalho					
Nº de Monitores	=	1			
Tamanho do Ecrã	≥	21 polegadas (diagonal principal)			
LED	=	Sim			
IPS	=	Sim			
Tempo de Resposta	≤	8 ms			
Portas VGA	=	1			
Portas DVI-D Dual Link	=	1			
Cablagem					
Cabo DisplayPort	• Male to Male	Quantidade: 2			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

(apenas aplicável caso a placa gráfica tenha portas DisplayPort)	<ul style="list-style-type: none"> • Shielded • $\geq 1,5$ metros • $\geq V1.2$ 				
Cabo DisplayPort to Mini DisplayPort (apenas aplicável caso a placa gráfica tenha portas Mini DisplayPort)	<ul style="list-style-type: none"> • Male DisplayPort to Male Mini DisplayPort • Shielded • $\geq 1,5$ metros • $\geq V1.2$ 	Quantidade: 2			
Cabo Dual Link DVI-D	<ul style="list-style-type: none"> • Male to Male • Shielded • $\geq 1,5$ metros 	Quantidade: 2			
Cabo Ethernet	<ul style="list-style-type: none"> • Male to Male 	Quantidade: 2			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

	<ul style="list-style-type: none"> • \geq CAT 5e • S/FTP • Conetor RJ45 • \geq 2 metros 				
Cabo Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Schuko CEE 7/7 Male to C13 Female • Shielded • \geq 2 metros 	Quantidade: 2			
Cabo DisplayPort	<ul style="list-style-type: none"> • Male to Male • Shielded • \geq 1,5 metros 	Quantidade: 1			
Cabo Dual Link DVI-D	<ul style="list-style-type: none"> • Male to Male • Shielded • \geq 1,5 metros 	Quantidade: 1			

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Conversores					
Dual Link DVI-D to Displayport	Dual Link DVI-D Female to DisplayPort Male	Quantidade: 2			

1. Instruções para elaboração do plano de formação

Título da formação – O título deve ser claro, conciso, explicativo, coerente com o objeto e objetivos do projeto.

Destinatários – Os destinatários da formação deverão estar enquadrados com o título da formação e respetivo plano pedagógico a aplicar.

Justificação da formação – Apresentação clara e objetiva das razões que justificam a formação e quais os seus benefícios operacionais a curto, médio e longo prazo.

Objetivo geral – Escrito em tempo infinito e com um verbo de ação, deverá indicar, de forma clara, a solução para os problemas que justificam a formação.

Objetivos específicos – Escritos em tempo infinito, representam o desdobramento do objetivo geral em metas mais específicas.

Sessões, explicitação dos módulos e conteúdos programáticos – Elaboração de um quadro-resumo com o número das sessões de formação, módulos incluídos em cada sessão e qual a sua duração. Adicionalmente, deverão estar incluídos os conteúdos programáticos (desdobramento dos módulos em atividades) a abordar em cada sessão e cada módulo.

<i>Nº Sessão</i>	<i>Designação do Módulo</i>	<i>Duração Total (horas)</i>	<i>Duração (minutos)</i>	<i>Conteúdos Programáticos</i>

Métodos pedagógicos e recursos didáticos – Descrição dos métodos pedagógicos e recursos didáticos a utilizar em cada sessão e módulo.

<i>Sessão</i>	<i>Designação do Módulo</i>	<i>Métodos Pedagógicos</i>	<i>Recursos Didáticos</i>

Cronograma – Programa provisório das sessões ao longo do tempo.

Setembro 2016									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

nos termos previstos no caderno de encargos, bem como a cumprir as demais obrigações constantes desse documento concursal e dos documentos que integram esta proposta, pelo preço da tabela supra, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado, o qual acresce IVA à taxa legal em vigor [se for o caso].

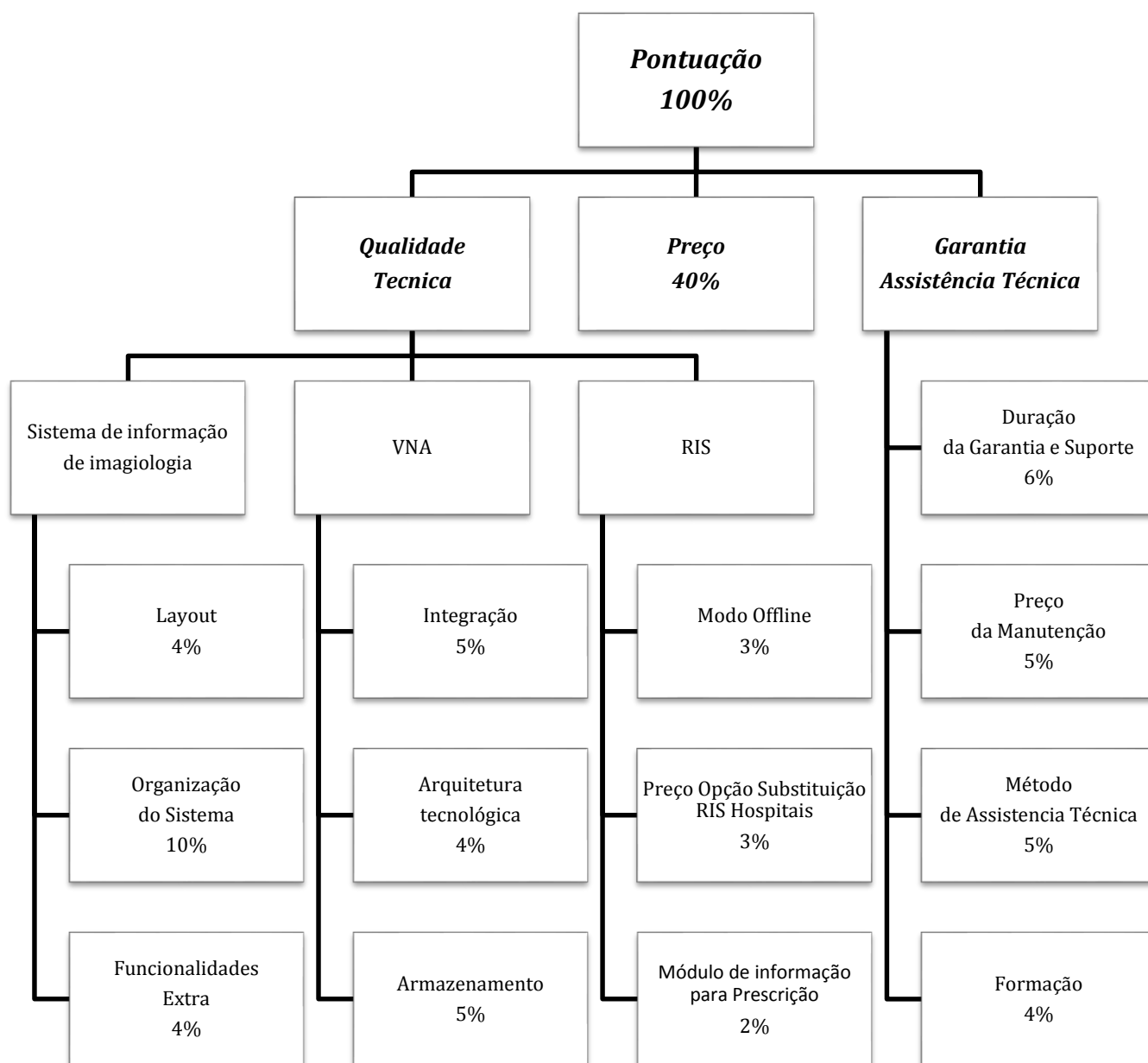
Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local], [data]

[Assinatura]

ANEXO III

MODELO DE AVALIAÇÃO



O critério avaliação utilizado é da proposta economicamente mais vantajosa, conforme os critérios de avaliação dispostos no presente anexo.

A classificação final, resulta da soma de cinco fatores:

- A) Preço
- B) Sistema de informação de imagiologia
- C) VNA
- D) RIS
- E) Garantia e assistência técnica

Pontuação Final

$$\begin{aligned} &= \textit{Pontuação Preço} + \textit{Pontuação Sistema de informação de imagiologia} \\ &+ \textit{Pontuação VNA} + \textit{Pontuação RIS} \\ &+ \textit{Pontuação Garantia e assistência técnica} \end{aligned}$$

A) Preço

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente ao fator **Preço**:

- Para propostas inferiores a 440 000€ a pontuação será de 20 pontos.
- Para propostas no intervalo de [440 000€: 1 440 000€], a pontuação será dada pela equação abaixo indicada.

$$\textit{Pontuação Preço} = \left(\frac{1\,440\,000 - \textit{Preço}_{concorrente}}{1\,000\,000} \right) \times 20$$

Os valores resultantes da aplicação da fórmula são arredondados por defeito à centésima.

A pontuação do fator Preço é igual a 40% da pontuação preço

B) Sistema de informação de imagiologia

O factor **Sistema de informação de imagiologia** é avaliado em três (3) subfatores,

- i. Layout
- ii. Organização do Sistema e Usabilidade
- iii. Funcionalidades Extra

A pontuação resulta da soma ponderada das três vertentes

Pontuação Sistema de informação de imagiologia

$$= 4\% \times \text{Pontuação Layout}$$

$$+ 10\% \times \text{Pontuação Organização do Sistema e Usabilidade}$$

$$+ 4\% \times \text{Pontuação Funcionalidades Extra}$$

A pontuação obtida é arredondada por defeito à centésima.

i. Layout

A pontuação da vertente Layout resulta da soma ponderada da avaliação das duas componentes, Sistema de Informação de Radiologia Local [RIS] e Visualizador Universal [VU].

As duas componentes acima indicadas serão avaliadas individualmente, resultando a pontuação da vertente da soma ponderada dos dois componentes de acordo com a fórmula abaixo, sendo os valores arredondados por defeito à centésima.

$$\text{Pontuação Layout} = \frac{1}{3} \times RIS + \frac{2}{3} \times VU$$

Proposta de <i>layout</i> muito apelativa, com áreas muito bem diferenciadas e gestão de cores equilibrada	20 Pontos
Proposta de <i>layout</i> apelativa, com áreas bem diferenciadas e gestão de cores equilibrada	15 Pontos
Proposta de <i>layout</i> razoavelmente apelativa, com áreas relativamente diferenciadas e gestão de cores mínima	10 Pontos
Proposta de layout pouco apelativa, com diferenciação de áreas e gestão de cores medíocres	5 Pontos
Proposta de layout insuficiente	0 Ponto

ii. Organização do Sistema e Usabilidade

A pontuação da vertente Organização Sistema e Usabilidade resulta da soma ponderada da avaliação das duas componentes, Sistema de Informação de Radiologia Local [RIS] e Visualizador Universal [VU].

As duas componentes acima indicadas serão avaliadas individualmente, resultando a pontuação da vertente da soma ponderada dos dois componentes de acordo com a fórmula abaixo, sendo os valores arredondados por defeito à centésima.

$$\text{Pontuação Organização Sistema e Usabilidade} = \frac{1}{3} \times RIS + \frac{2}{3} \times VU$$

Aplicação com informação organizada e user-friendly, i.e, de utilização fácil e intuitiva	20 Pontos
Aplicação com informação razoavelmente organizada e de utilização complexa.	10 Pontos
Aplicação com informação desorganizada e de utilização muito complexa.	0 Pontos

iii. Funcionalidades Extra

A pontuação da vertente Funcionalidades Extra resulta da soma da pontuação de cada uma das funcionalidades abaixo indicadas, sendo que no caso de serem apresentadas outras funcionalidades extra que o júri considere relevantes, o mesmo poderá atribuir uma pontuação as mesmas até ao limite de dois (2) pontos.

Possibilitar, ao clínico, a emissão de alertas configuráveis pelo utilizador através de pop-up/dashboard/correio eletrónico conforme modificações do estado de cada requisição, e com link incluído para acesso rápido e conveniente a cada requisição;	9 Pontos
Possibilitar o login dos profissionais de saúde e utentes através de um método de verificação por dois passos;	3 Pontos

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Possibilitar, aos radiologistas e clínicos, a inserção e armazenamento de anotações diferenciadas;	2,5 Pontos
Incluir a exibição de alertas/etiquetas aquando de visualização de imagens com compressão lossy e/ou com qualidade reduzida;	1,5 Pontos
Permitir, ao radiologista, a aplicação de diversos filtros de imagem para efeitos de diagnóstico;	1 Ponto
Possibilitar, aos radiologistas e clínicos, a comparação lado-a-lado entre 2 a 4 imagens;	1 Ponto

C) VNA

O fator VNA é avaliado em três subfatores,

- i. Integração
- ii. Arquitetura tecnológica
- iii. Armazenamento

A pontuação, resulta da soma ponderada dos três subfatores.

Pontuação VNA

$$= 5\% \times \text{Integração} + 4\% \times \text{Arquitetura tecnológica} \\ + 5\% \times \text{Armazenamento}$$

A pontuação obtida é arredondada por defeito à centésima.

i. Integração

Na vertente Integração, a pontuação resulta da soma de cada uma das componentes abaixo indicadas

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

IHE Access to Radiology Information (ARI)	5 Pontos
IHE Imaging Object Change Management (IOCM)	5 Pontos
IHE Radiation Exposure Monitoring (REM)	5 Pontos
IHE Import Reconciliation Workflow (IRW)	2 Pontos
DICOM Radiation Dose Structured Report (RDSR)	3 Pontos

ii. **Arquitetura tecnológica**

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente Arquitetura tecnológica:

Solução assente numa única base de dados em SQL com a existência de redundância quer a nível de servidores centrais quer a nível de equipamentos de armazenamento de dados e com suporte para redundância geográfica.	20 Pontos
Solução assente numa única base de dados em SQL com redundância parcial dos equipamentos e sem suporte para redundância geográfica.	10 Pontos
Solução assente numa única base de dados em SQL sem redundância dos equipamentos.	0 Ponto

iii. **Armazenamento**

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente Armazenamento:

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Armazenamento com rotinas de compressão que permitem uma redução de espaço utilizado em mais ou igual a 50%.	20 Pontos
Armazenamento com rotinas de compressão que permitem uma redução de espaço utilizado entre 25% e 49%.	10 Pontos
Armazenamento com rotinas de compressão que permitem uma redução de espaço utilizado em menos de 25%.	5 Pontos
Armazenamento sem rotinas de compressão	0 Ponto

D) RIS

O fator **RIS** é avaliado em três subfatores,

- i. Modo Offline
- ii. Preço da Opção de Substituição do RIS dos Hospitais
- iii. Módulo de informação para Prescrição

A pontuação, resulta da soma ponderada das duas vertentes.

Pontuação RIS

$$= 3\% \times \text{Modo Offline} + 3\% \times \text{Preço Opção Substituição RIS dos Hospitais} \\ + 2\% \times \text{Módulo de informação para Prescrição}$$

A pontuação obtida é arredondada por defeito à centésima.

- i. Modo Offline

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente RIS modo Offline:

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

O sistema de RIS funciona em modo offline – i.e. permite o seu funcionamento local sem ligação de dados (com buffer local)	20 Pontos
O sistema de RIS necessita da ligação de dados para funcionamento.	0 Pontos

ii. Preço da Opção de substituição RIS dos Hospitais.

O preço máximo admitido é de 140 000€

As propostas será atribuída a seguinte pontuação, de acordo com a equação abaixo indicada, relativamente a vertente Preço da Opção Substituição do RIS dos Hospitais

$$Pontuação\ Preço = \left(\frac{140\ 000 - Preço\ Opção\ RIS\ Hospitais\ concorrente}{140\ 000} \right) \times 20$$

Os valores resultantes da aplicação da fórmula são arredondados por defeito à centésima.

iii. Módulo de informação para Prescrição.

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente RIS módulo de informação para Prescrição:

A solução permite disponibilizar a informação ao utilizador prescritor do custo associado a cada exame e do custo da totalidade da prescrição em curso.	20 Pontos
A solução não permite disponibilizar a informação ao utilizador prescritor do custo associado a cada exame e do custo da totalidade da prescrição em curso.	0 Pontos

E) Garantia e Assistência Técnica

O fator **Garantia e Assistência Técnica** encontra-se dividido em quatro subfatores:

- Duração da Garantia e Suporte
- Preço anual de Manutenção
- Método de Assistência Técnica
- Formação

A pontuação, resulta da soma dos quatro subfactores.

Pontuação Garantia e Assistência Técnica

$$\begin{aligned}
 &= 6\% \times \text{Pontuação Duração da Garantia e Suporte} \\
 &+ 5\% \times \text{Preço de Manutenção} \\
 &+ 5\% \times \text{Pontuação Método de Assistência Técnica} + 4\% \times \text{Formação}
 \end{aligned}$$

A pontuação obtida é arredondada por defeito à centésima.

- Duração da Garantia e Suporte

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente Duração da Garantia e Suporte:

Duração igual ou superior a 60 meses	20 Pontos
Duração superior a 24 meses e inferior a 60 meses	$\frac{5 \times [\text{Prazo proposto} - 24]}{9}$

Os valores resultantes da aplicação da fórmula são arredondados por defeito à centésima.

- Preço anual de Manutenção

O preço anual da manutenção incide sobre a manutenção do Sistema de informação de imagiologia [Visualizador Universal], do Vendor Neutral Archive [VNA] e do Sistema de Informação de Radiologia Local

Pontuação Preço Manutenção

$$= \left(\frac{144\,000 - \text{Valor Manutenção concorrente}}{144\,000} \times 20 \right)$$

Os valores resultantes da aplicação da fórmula são arredondados por defeito à centésima.

c. Método de Assistência Técnica

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente Método de Assistência Técnica:

Assistência técnica através de pelo menos 1 técnico localizado em cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores com um hospital	20 Pontos
Assistência técnica através de pelo menos 1 técnico localizado em duas das três ilhas da Região Autónoma dos Açores com um hospital	10 Pontos
Assistência técnica através pelo menos 1 técnico localizado em uma das três ilhas da Região Autónoma dos Açores com um hospital	5 Pontos
Assistência técnica a partir de técnico(s) não localizado(s) na Região Autónoma dos Açores	0 Ponto

d. Formação

Às propostas será atribuída a seguinte pontuação relativamente a vertente Formação:

Estrutura do plano formativo conforme instruções e com qualidade pedagógica excelente	20 Pontos
Estrutura do plano formativo conforme instruções e com qualidade pedagógica suficiente	10 Pontos
Estrutura do plano formativo sem conformidade com as instruções ou com qualidade pedagógica insuficiente	0 Pontos

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(Art. 40º, nº2 do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligencia, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado

para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO V**MODELO DE CAUÇÃO**

Em nome e a pedido (adjudicatário), vem o (a) (instituição), pelo presente documento, prestar, a favor de (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancário/seguro caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de (por algarismo e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do (identificação do procedimento) nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 89º e 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objetos do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

..... (data)

..... (assinatura)